



ACÓRDÃO Nº 492/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11380/2017**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Barnabé Andrade Leitão, Gestor e Ordenador de despesas à época
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2350/2018–MPC–EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC. Exercício de 2016.

Revelia. Irregularidade. Multas. Prazos. Determinações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Considerar revel o Sr. Barnabé Andrade Leitão nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 2.423/96;

10.2 – Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Barnabé Andrade Leitão, Diretor-Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC, exercício de 2016, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;

10.3 – Aplicar Multa ao Sr. Barnabé Andrade Leitão no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições elencadas na fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.4 – Aplicar Multa ao Sr. Barnabé Andrade Leitão no valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, IV, “b”, da Resolução 4/2002, por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, devido às restrições elencadas na fundamentação deste Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;



ACÓRDÃO Nº 492/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5 – Determinar à origem que observe as normas sobre a gestão e organização previdenciária, conforme itens de restrições elencados no Relatório da Unidade Técnica;

10.6 – Determinar à SECEX que oriente as próximas Comissões designadas a vistoriar o RPPS do Município de Canutama que verifiquem o cumprimento das determinações elencadas no Relatório/Voto.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral